

EJI PATER II Encontro de Jovens Investigadores em Patrimônio e Território

Hugo Aluai Sampaio
Jorge Ribeiro
Márcia Oliveira
Daniela Cardoso
Juliana Alves
Antônio Pereira
Natália Pereira
Ricardo Gôja
Sara Silva
Maria Inês Graça
Ana Lopes
João Carvalho
Luís Ferreira
Elaine Scalabrini
(Coord.)

Landscapes Coleção
Heritage & Paisagens
Territory Patrimônio &
Collection Território

EJI PATER II
Encontro de Jovens Investigadores
em Património e Território

Hugo Aluai Sampaio
Jorge Ribeiro
Márcia Oliveira
Daniela Cardoso
Juliana Alves
António Pereira
Natália Pereira
Ricardo Gôja
Sara Silva
Maria Inês Graça
Ana Lopes
João Carvalho
Luís Ferreira
Elaine Scalabrini
(coord.)

Ficha técnica

*EJI PATER II – Encontro de Jovens Investigadores
em Património e Território*

Coordenação: Hugo Aluai Sampaio, Jorge Ribeiro,
Márcia Oliveira, Daniela Cardoso, Juliana Alves, António Pereira,
Natália Pereira, Ricardo Gôja, Sara Silva, Maria Inês Graça,
Ana Lopes, João Carvalho, Luís Ferreira, Elaine Scalabrini, (coord.)

Design Gráfico: Macedo Cannatà

Editado por: Lab2PT
Coleção Paisagens, Património & Território / Investigação
Landscapes, Heritage and Territory Collection / Research

Impressão e acabamento: Copissaurio Repro-Centro
de Impressão, Unipessoal, Lda

Tiragem:4

ISBN: 978-989-8963-50-5

Depósito legal:

Lab2PT

www.lab2pt.net

Instituto de Ciências Sociais
Universidade do Minho
Campus de Gualtar
4710-057 Braga

Escola de Arquitetura, Arte e Design
Universidade do Minho
Campus de Azurém
4800-058 Guimarães

© 2022, Lab2PT e autores



Esta iniciativa foi apoiada através do Financiamento Plurianual do Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2PT), Ref.^a UID/04509/2020, financiado por fundos nacionais (PIDDAC) através da FCT/MCTES.



8	Apresentação Autores	138	Tríptico da Paixão de Cristo: O percurso de uma obra de arte Inês Costa, Virgínia Gomes, Paula Menino Homem
10	Paisagem/Variantes: A paisagem contemporânea através da fotografia de Guido Guidi André Castanho	150	Educação dos príncipes (sécs. XIV-XV): os tratados, a produção literária e a dinastia de Avis Isaura Magali dos Santos
28	Famílias em Museus: Proposta para a Casa-Museu Marta Ortigão Sampaio Andreia dos Santos Diogo	168	O Enquadramento Teórico e Conceptual da Ação da DGEMN no contexto europeu (1931-1975) Joana Camacho
42	Dinâmica associativa católica em contexto rural feminino: a Arquidiocese de Braga (1933 -1974) Carina Raquel Gomes Ferreira	184	Da família para a comunidade: o património documental de Fernando da Silva Correia Joana Beato Ribeiro
54	Importância da Detecção Remota e dos SIG no estudo das áreas urbanas: o exemplo de Braga e de Guimarães entre 1984 e 2016 Catarina de Almeida Pinheiro	202	Arquivos, historiografia e património: a escrita da História da Arquitetura Moderna em Portugal, da pesquisa ao debate sobre preservação José Pedro Tenreiro
74	Morrer na cidade: as práticas funerárias das necrópoles de Bracara Augusta Cristina Vilas Boas Braga	214	Identificação de dispositivos de infiltração e drenagem nas planícies de Marromeu – Unidades elementares na zonografia de cheias do baixo Zambeze – Moçambique. Luís Joaquim Maloa, Carlos Leal Gomes, Juliana Barros
90	Sistema Carbonífero do Douro Daniela Alves Ribeiro	226	Estrada de ferro São Luís – Teresina: Evolução histórico-paisagística e valorização patrimonial de um caminho de ferro no nordeste brasileiro Luísa Franzen Ghignatti
108	Contra a “generosidade do industrialismo”: as funções das organizações operárias bracarenses durante a I República (1910-26) Débora Val Escadas	248	A distribuição da propriedade: os Baldios, alienação e resistência. Um estudo exploratório da utilização do território como viabilidade económica e as repercussões sociais Marcos Mesquita
126	O tesouro da ‘Casa da Bica’ e as atividades económicas de Bracara nos séculos IV-V Diego Machado, Manuela Martins, Fernanda Magalhães, Natália Botica		

266	A paisagem sertaneja do Seridó Potiguar Maria Rita de Lima Assunção	416	O atual concelho de Oliveira do Hospital nas inquirições de D. Afonso III: propriedade, senhorios e conflitos Rodolfo Petronilho Feio
284	Espaços e devoções da comunidade da Foz do Douro Marisa Pereira Santos	436	Dos processos de organização do território: Braga e a modelação da paisagem em época pré-romana Sandra Brito, Helena Carvalho, Marta Labastida, Madalena Pinto da Silva
304	Estado da questão na sub-região do Oeste – Portugal. Sítios arqueológicos identificados e os mecanismos a nível municipal para a sua gestão – PDM e cartas arqueológicas Martim Lopes, Tomás Mesquita	452	Four places by the roadside A contribution to (re)designing the top of Monte da Arrábida (Porto) Sílvia Ramos
322	Identificação de fontes de matérias-primas de artefactos líticos pré-históricos: discussão de algumas questões metodológicas Pedro Xavier, Carlos Alves		
336	A Área de Proteção do Ambiente Cultural São Cristóvão: seus patrimônios e territórios culturais Raquel Aquino de Araújo		
354	Integração, Adaptação, Reconversão. Planeamento urbano da orla costeira face à subida da água do mar no caso de Vila Chã Raquel Matos Coelho, José Lage Abreu		
374	Espaço físico e território nas representações de “Casa” e “Casa de Sonho” Raquel Ribeiro		
392	Evidência e análise descritiva de litótipos exóticos portugueses com aptidão ornamental Roberta Lobarinhas, Raquel Alves, Carlos Leal Gomes		

Espaço físico e território nas representações de “Casa” e “Casa de Sonho” **

* Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais.

** Este trabalho é financiado pelo FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, no âmbito do projeto FINHABIT, referência PTDC/ATP-GEO/2362/2014 – POCI-01-0145-FEDER-016869 e pela Fundação para a Ciência e Tecnologia no âmbito do Programa de Estímulo ao Emprego Científico (DL 57/2016/CP1341/CT0030).

Resumo

Em Portugal, à semelhança de outros países, a habitação tem desempenhado um papel central no processo de financeirização da economia e da sociedade, associando-se ao crescimento do endividamento privado, reproduzindo e acentuando desigualdades socioeconómicas e territoriais. A aquisição de habitação com vista a obtenção de elevada rentabilidade, através do arrendamento ou venda, atingiu proporções sem precedente nos anos recentes sobretudo nos centros históricos das cidades de Lisboa e Porto. A pressão turística e a especulação imobiliária e as suas consequências colocaram a questão da habitação na agenda política e mediática nacional.

A presente comunicação tem como objetivo analisar as categorias temáticas presentes nas representações sociais de “casa” e “casa de sonho” de 1222 participantes num inquérito sobre habitação em Portugal. Os resultados da análise de conteúdo aplicada às palavras associadas aos dois indutores revelam que os aspetos físicos de uma habitação (vivenda, espaço, etc.) e do território onde está inserida (mar, campo, localização, etc.) têm pouco peso nas representações sociais de “casa”. Pelo contrário, constituem a categoria mais expressiva nas representações de “casa de sonho”. Adotando uma abordagem crítica ao papel do espaço e do lugar nos processos financeiros, segundo a qual o território deve possuir um papel analítico e não unicamente de referenciação do lugar onde as relações socioeconómicas decorrem, discutem-se as inter-relações entre território, modos de provisão da habitação e condições e aspirações habitacionais.

Palavras-chave: habitação; aspirações habitacionais; representações sociais; território; financeirização;

Abstract

In Portugal, like in other countries, housing has played a central role in the process of financialization of the economy and society, being associated with the growth of private indebtedness, reproducing and accentuating socioeconomic and territorial inequalities. The acquisition of housing to obtain high profitability, through rental or sale, has reached unprecedented proportions in recent years especially in the historic centers of the cities of Lisbon and Porto. Tourism pressure and real estate speculation and its consequences have placed the issue of housing on the national political and media agenda.

This communication aims to analyze the thematic categories present in the social representations of “house” and “dream house” of 1222 participants in a survey on housing in Portugal.

The results of the content analysis applied to the words associated with the two inducers reveal that the physical aspects of a dwelling (detached house, space, etc.) and the territory where it is inserted (sea, countryside, location, etc.) have little weight in the social representations of “house”. On the contrary, they constitute the most expressive category in the representations of “dream house”.

Adopting a critical approach to the role of space and place in financial processes, according to which the territory must have an analytical role and not only of reference of the place where socio-economic relations take place, the interrelationships between territory, modes of housing provision and housing conditions and aspirations are discussed.

Keywords: housing; housing aspirations; social representations; territory; financialization;

A palavra “casa” tem diversos significados, do mais estrito, referindo-se a uma “construção destinada a habitação, por oposição a apartamento”, a um sentido mais lato de “edifício destinado à habitação” englobando a “família” e o “lar”¹.

No seu sentido mais lato, a “casa” tem suscitado o interesse de diversas áreas disciplinares, salientando a multidimensionalidade do objeto e a sua função na satisfação de diversas necessidades humanas. A casa constitui a base da satisfação de necessidades fisiológicas elementares (sono, alimentação, higiene, etc.), de abrigo e proteção e contribui para o bem-estar psicológico e emocional do ser humano ao proporcionar espaços de tranquilidade e paz, privacidade e controlo, intimidade e interioridade. É também no espaço da casa que se desenvolvem primordialmente relações com figuras significativas (familiares, amigos), contribuindo para a satisfação das necessidades afetivas e de integração social. A casa constitui ainda uma fonte inalienável de identidade pessoal e social e relaciona-se com aspetos aspiracionais e de realização pessoal (e.g. Després, 1991; Mallett, 2004; ver também Ribeiro, 2019a).

No que respeita à satisfação das duas últimas necessidades, as dimensões do espaço físico e do território onde a “casa” se insere possuem um papel fundamental. Para autores como Proshansky, Fabian e Kaminoff (1983), o desenvolvimento da identidade não se funda unicamente em processos individuais, interpessoais e sociais, mas estende-se também ao ambiente físico. Neste sentido, na medida em que o espaço físico da casa e o território onde se vive constituem uma componente importante da identidade pessoal, as características de habitabilidade e conforto da habitação, e a qualidade de vida proporcionada pelos atributos do território envolvente, são relevantes para a formação de uma identidade pessoal gratificante.

Contudo, as características arquitetónicas e de conservação das habitações e do espaço físico e território envolvente são também determinantes no custo de acesso a uma habitação (e.g. Ferreira, Baetas da Silva, & Fontes da Costa, 2019). Assim, as localizações mais centrais (proximidade de serviços, comércio e transportes públicos) e com pontos atrativos (pontos turísticos, vistas panorâmicas, proximidade de rio/mar, jardins, etc.), propícias a uma maior qualidade de vida, apresentam geralmente valores de compra ou arrendamento bastante elevados, apenas comportáveis aos grupos sociais com maiores recursos socioeconómicos. As habitações financeiramente mais acessíveis localizam-se, frequentemente, em locais periféricos ou apresentam elevados problemas de habitabilidade (infiltrações, insuficiente isolamento acústico e térmico, etc.). Desta forma, o espaço físico onde se habita adquire também um significado social, associado às categorias sociais que o ocupam (Bernardo & Palma-Oliveira, 2012) e a experiências diferenciadas de (des)igualdade, (in)justiça e ex/inclusão social (Adams, 1984; Mallett, 2004).

1. *casa* in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2020. [consult. 2020-09-21 11:37:21]. Disponível na Internet: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/casa>

Ao estarem associados a processos de diferenciação social, o espaço físico e o território constituem um importante indicador do estatuto social dos seus habitantes (Pereira, 2012). Não é, pois, de surpreender que a “casa” seja concebida como um meio de realização pessoal (Ribeiro & Poeschl, 2007; Augusto, 2000), uma aspiração a atingir, associada à ideia de mobilidade social ascendente baseada na melhoria das condições de habitabilidade e/ou de regime de ocupação² (Nico, 2014).

Os ideais habitacionais são construídos socialmente, influenciados pelos discursos ideológicos, nomeadamente daqueles impregnados nas políticas públicas (cf. Pereira, 2004; Ronald, 2008), por expectativas de mobilidade social ou por modelos veiculados nos meios de comunicação social (e.g. Dinheiro Vivo, 2017; Idealista, 2018). Por exemplo, a “casa própria” enquanto ideal habitacional foi fomentado a partir de meados do século XX através de um discurso ideológico anticomunista que visava, por meio da promoção do acesso da classe trabalhadora à propriedade habitacional, diminuir a tensão entre as classes sociais e garantir a harmonia social (cf. Castela, 2017). Com a queda do muro de Berlim, a promoção da propriedade passa a associar-se a ideias de segurança financeira, estatuto social e meritocracia, sustentadas numa ideologia neoliberal que legitima a diminuição do investimento público neste domínio e contribui para acelerar a expansão dos mercados financeiros globalizados, fortemente dependentes do crédito hipotecário para funcionar (Aalbers, 2016; Rolnik, 2013).

O processo caracterizado pelo aumento da importância das motivações, atores e mercados financeiros não só na economia, mas também na sociedade foi denominado de financeirização (Epstein, 2005). Este processo tem sido impulsionado pela difusão da conceção do “sujeito investidor” (Aitken, 2007) como modelo social de sucesso (Santos, 2017) e por políticas públicas que substituem formas coletivas de provisão por formas individualizadas de garantir as necessidades básicas das famílias (Rodrigues, Teles, & Santos, 2016)

No que refere à habitação, o processo de financeirização tem produzido importantes impactos psicossociais. A aquisição de casa com recurso ao crédito hipotecário³ conduziu ao crescimento exponencial do endividamento das famílias portuguesas ao mesmo tempo que reproduziu e acentuou desigualdades socioeconómicas dada a associação positiva entre participação nos mercados hipotecários, rendimento e qualificação profissional (e.g. Aalbers & Christophers, 2014; Santos, Lopes, & Costa, 2016; Santos, Rodrigues, & Teles, 2017; Ribeiro & Santos, 2018, 2019b). Por outro lado, o crescente peso das instituições e agentes financeiros na provisão da habitação acentuou a sua transformação em mercadoria e em ativo financeiro, privilegiando o seu valor de troca e rápida valorização em detrimento do seu valor de uso (Aalbers, 2016; Fernandez, Hofman, & Aalbers, 2016), conduzindo a um

2. Regime de ocupação por arrendamento, propriedade ou outras formas.

3. A partir da década de 90 do século XX até aos inícios do século XXI existiram diversos instrumentos de incentivo à compra de casa própria com recurso ao crédito, como o crédito bonificado; contas poupança-habitação; benefícios fiscais, etc.

aumento dos preços da habitação (Housing Europe, 2019; Santos & Robertson, 2016).

O processo de financeirização da habitação não é independente do território, muito pelo contrário, ele concentra-se em territórios com características físicas, sociais e económicas específicas. Numa primeira fase da financeirização da habitação em Portugal (ver Santos, 2019a), esta concentrou-se nos grandes centros urbanos, contribuindo para o processo de suburbanização, desempenhando um papel relevante no processo de expansão da área metropolitana de Lisboa (Ribeiro & Santos, 2019b). Nesta segunda fase que se vem desenvolvendo sobretudo desde 2014 (Santos, 2019b), o processo de financeirização concentra-se nas zonas de grande pressão turística ou com elevada rentabilidade propiciada pelo *rent gap* decorrente dos anteriores processos de suburbanização (Barata-Salgueiro, 2017). Associa-se a processos de “supergentrificação”, i.e. não apenas de *gentrificação* entendida enquanto “movimento de chegada de grupos de estatuto socioeconómico mais elevado, geralmente jovens e de classe média e média-alta, a áreas centrais desvalorizadas e abandonadas da cidade” (Mendes, Carmo, & Malheiros, 2019, p. 113–114), mas enquanto estratégia global de uma elite transnacional que aproveita de oportunidades fiscais vantajosas (e.g. Vistos Dourados, Regime Fiscal para o Residente não Habitual, etc.) para projetar um estilo de vida *premium*, distintivo e de luxo que lhes permite ao mesmo tempo beneficiar dos investimentos imobiliários para usufruir de um nível de qualidade de vida elevado e difundir a ideologia neoliberal e os modos de reprodução capitalista (Mendes, Carmo, & Malheiros, 2019).

A promoção deste estilo de vida e modelo social de sucesso de investidor/residente numa “casa de sonho” é patente num estudo exploratório aos discursos sobre os usos potenciais do edificado habitacional (habitação, turismo, investimento, etc.) presentes em anúncios de imóveis para venda nas cidades de Lisboa e Porto (Ribeiro, 2020). Neste estudo as características do espaço físico e do território são difundidas simultaneamente como dimensão de rentabilidade financeira – através do arrendamento de curta duração (alojamento local, residência de estudantes) – e de aspiração habitacional – “casa de sonho”. O discurso não é homogêneo e transversal a todo o território dos dois municípios, mas surge associado sobretudo ao centro histórico do município de Lisboa, salientando a relação indissociável entre os impactos da financeirização da habitação e o território onde esta se localiza (Santos, 2019b).

Com o intuito de aprofundar a compreensão dos impactos psicossociais dos processos de financeirização da habitação em Portugal, nomeadamente no que concerne às condições objetivas de habitabilidade, mas também os significados, aspirações e avaliações da população em relação à habitação, em 2018, no âmbito do projeto FINHABIT – Viver em Tempos Financeiros: Habitação e

4. Desenvolvido no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa sob a coordenação de Ana Cordeiro Santos.

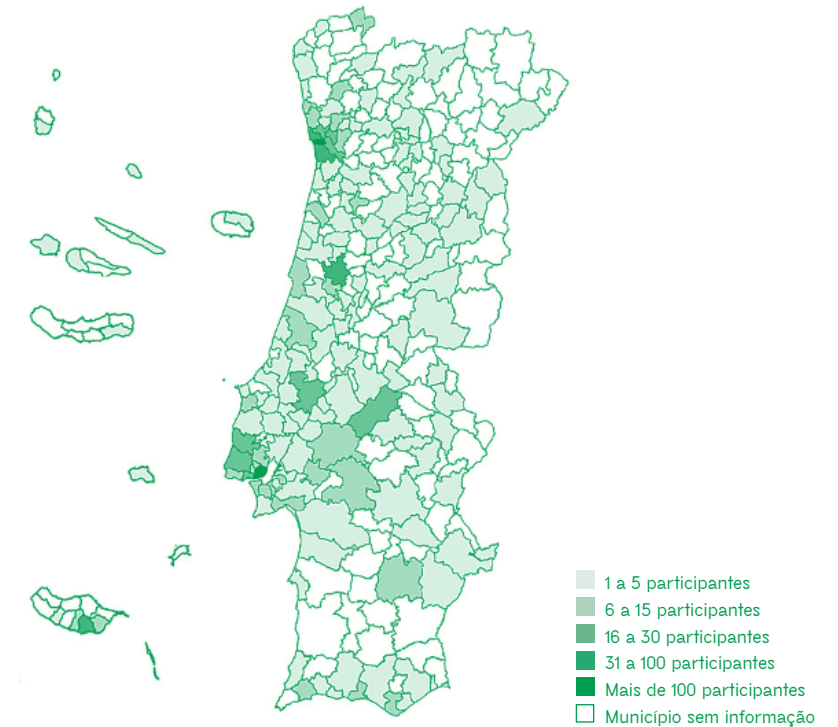
Produção de Espaço no Portugal Democrático⁴, auscultou-se a população através de um inquérito nacional (cf. Ribeiro, 2019a).

Os resultados mostraram, em linha com outros estudos (e.g. Aalbers & Christophers, 2014; Santos, Lopes, & Costa, 2016; Santos & Robertson, 2016), como a provisão financeirizada da habitação contribui para a (re)produção de desigualdades sociais nas condições de habitabilidade. Por um lado, os grupos socioeconómicos mais vulneráveis (com menores rendimentos e maior precariedade profissional) têm mais dificuldade em aceder ao crédito para compra de casa, e por outro, os alojamentos arrendados, cedidos ou de habitação social tendem a apresentar maiores problemas de habitabilidade e conforto (Ribeiro, 2019a). É na Área Metropolitana de Lisboa, onde o processo de financeirização da habitação é mais intenso (Ribeiro & Santos, 2019b), que os arrendatários mais experienciam insegurança habitacional, percecionando a imanência de uma saída forçada pela não renovação do seu contrato de arrendamento (Ribeiro, 2019a).

O inquérito procurou ainda captar as representações sociais de “casa” e “casa de sonho”, i.e., as teorias leigas que se estabelecem no decurso das comunicações interpessoais tidas na vida quotidiana e que constituem conceitos, proposições e explicações que orientam atitudes e comportamentos (cf. Moscovici, 1981). Os resultados evidenciaram a centralidade da relação “casa”, “família” e “lar” nas representações sociais de “casa” e o papel desta na satisfação individual e familiar das necessidades de bem-estar físico e psicológico do ser humano (Ribeiro, 2019a). Sugeriram ainda que as desigualdades entre os diferentes regimes de ocupação verificadas ao nível das condições objetivas de conforto se estendem também ao nível das aspirações habitacionais (Ribeiro, 2019b), ilustrando como as representações sociais expressam posições ancoradas na vivência dos grupos sociais (Doise, 1990). Se para os grupos mais abastados uma “casa de sonho” significa maior conforto e qualidade de vida, para as famílias mais pobres, residentes sobretudo em habitações arrendadas (arrendamento privado ou apoiado), uma casa de sonho é um “lar” para a “família”, o que indica que as habitações em que residem podem não apresentar as características essenciais a uma vida digna (Ribeiro, 2019b).

O presente estudo tem por objetivo aprofundar a análise e compreensão das representações sociais de “casa” e “casa de sonho” recolhidas no inquérito FINHABIT adotando uma abordagem crítica ao papel do espaço e do lugar nos processos financeiros, na perspetiva de French, Leyshon e Wainwright (2011). Segundo os autores o território deve possuir um papel analítico e não unicamente de referência do lugar onde as relações socioeconómicas decorrem. Neste sentido, pretende-se identificar diferentes categorias temáticas nas representações sociais de “casa” e “casa de sonho” e identificar inter-relações entre território, modos de provisão da habitação e condições e aspirações habitacionais.

Figura 1
Distribuição das pessoas participantes por município de residência (2019, Universidade de Coimbra©, mapa de Ribeiro & Santos, 2019b).



Método

Instrumento e Procedimento

O estudo foi realizado através de inquérito por questionário à população residente no território nacional continental e insular entre abril e setembro de 2018. O questionário foi desenvolvido no âmbito do projeto FINHABIT e incluía 41 grupos de questões abertas e fechadas, construídas para o efeito ou adaptadas de inquéritos internacionais e nacionais (ver Ribeiro, 2019a), para uma descrição completa do questionário e do procedimento da sua elaboração). A seguir à apresentação dos objetivos do estudo e do consentimento informado à participação era apresentada uma tarefa de associação livre de palavras aos indutores “casa” e “casa de sonho”. Mais concretamente, era pedido aos participantes para indicarem até 5 palavras ou expressões que lhes vêm imediatamente à mente quando ouvem a palavra “casa” e quando pensam na sua “casa de sonho”, que serão objeto da presente análise. Seguiam-se questões de caracterização sociodemográfica, situação e trajetória habitacional e perceções e opiniões sobre a habitação condigna em Portugal.

Para recolha das respostas o inquérito foi aplicado online através da ferramenta Limesurvey (80.5% das respostas), auto-preenchimento em papel (5.8%) e entrevista presencial (13.7%).

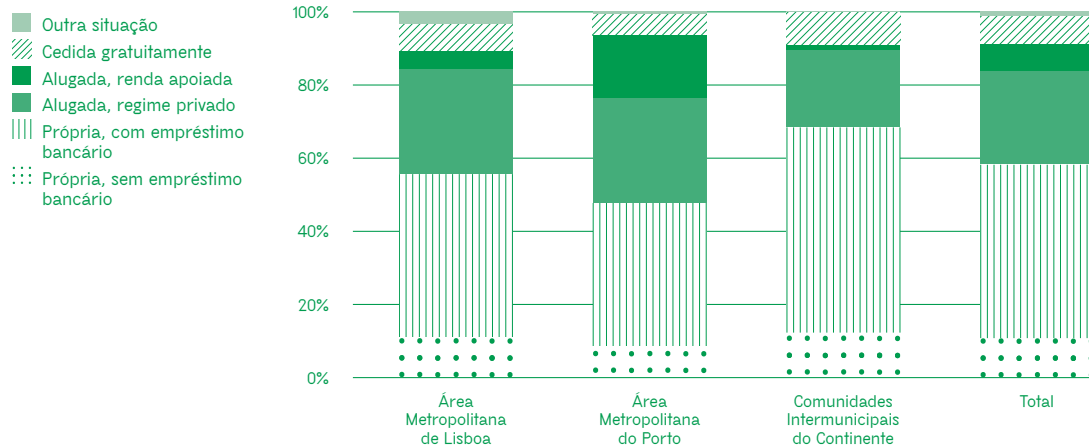


Figura 2
Distribuição das pessoas participantes por regime de ocupação e dimensão geográfica (2020, Universidade de Coimbra©, Raquel Ribeiro).

Participantes

Participaram no inquérito 1566 pessoas residentes no território nacional. Foram consideradas válidas 1222 respostas referentes aos participantes que cumulativamente indicaram a ocupação profissional, escolaridade, tipo de agregado familiar, região de residência e regime de ocupação residencial e que responderam a pelo menos 80% do total de questões colocadas. Os respondentes, com idades compreendidas entre os 17 e os 95 anos de idade ($M = 44.84$; $SD = 12.04$), são na sua maioria do sexo feminino (69.1%), proprietários da habitação em que residem (58.3%) e possuem maioritariamente formação ao nível do ensino superior, 37.1% licenciatura e 30.4% mestrado ou doutoramento.

No que refere à representatividade geográfica, o inquérito versou todo o território nacional, continental e insular [Figura 1]. A amostra apresenta, contudo, alguns desvios patentes na Figura 2, nomeadamente: uma sobre-representação⁵ da Área Metropolitana do Porto, em particular no que refere ao regime de ocupação “renda apoiada”; e uma sobre-representação de proprietários com empréstimo bancário nas comunidades intermunicipais (para uma descrição detalhada das características sociodemográficas da amostra ver Ribeiro, 2019a; Ribeiro & Santos, 2019a).

Análise dos Dados

Num primeiro momento as palavras e expressões associadas a cada um dos indutores foram introduzidas num ficheiro de dados, tendo sido apenas aplicadas as regras de redução habitualmente utilizadas nas tarefas de associação livre de palavras (cf. Rosenberg & Jones, 1972) e algumas reduções por sinonímia (ver Ribeiro, 2019a). Num segundo momento procedeu-se à análise de conteúdo temática indutiva através do processo de categorização,

5. Considerando as estimativas do INE para a população residente em 2017.

Categoria temática	Palavras mais frequentes	Indutor	
		Casa	Sonho
Abrigo, proteção e necessidades básicas	Segurança, Descanso, Abrigo, Proteção, Teto, Necessidade, Viver, Porto seguro, Dormir, Tarefas Domésticas	18%	3%
Equilíbrio emocional e psicológico	Lar, Aconchego, Paz, Sossego, Bem-estar, Amor, Tranquilidade, Estabilidade, Alegria, Felicidade	23%	10%
Relacional, integração social	Família, Convívio, Amigos, Filhos, Ninho, Animais, Partilha, Vizinhaça, União, Pais	16%	6%
Refúgio do eu, privacidade	Refúgio, Privacidade, Intimidade, Meu espaço, Cantinho, Independência, Liberdade, Identidade, Responsabilidade, Retiro	6%	2%
Aspiração, realização	Sonho, Impossível, Desejo, Realização, Futuro, Não penso nisso, Ideal, Não tenho sonhos, Difícil, Objetivo	1%	6%
Direito à habitação	Habitação, Condições, Direito, Essencial, Dignidade, Apoio à habitação, Casa da Câmara, Base, Habitabilidade, Sem humidade	9%	2%
Conforto físico e material	Conforto, Prática/funcional, Luxo, Comodidade, Decoração, Qualidade, Simples, Empregado/as, Calor	13%	18%
Financeira e de propriedade	Despesas, Crédito, Dinheiro, A minha, Casa própria, Acessível, Renda, Minha, Euromilhões, Cara	7%	5%
Características físicas e do território	Espaço, Jardim, Piscina, Luz, Moradia/vivenda, Grande, Mar, Paisagem/vista, Localização, Horta/quintal	7%	48%

Tabela 1
Dez palavras mais frequentes por categoria temática e peso relativo da categoria em função do estímulo de evocação.

entendido como “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género (analogia), com os critérios previamente definidos” (Bardin, 1995, p. 117). Recorrendo ao isolamento (inventário) e posterior organização das palavras (classificação) definiram-se categorias que respondessem a critérios de exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade e fidelidade, e produtividade (Bardin, 1995).

Por último, foram realizadas análises descritivas e análises comparativas⁶ através do teste do qui-quadrado recorrendo ao software SPSS – Statistical Package for Social Science for Windows (versão 25.0).

6. Dado a heterogeneidade das situações reunidas nas categorias “habitação cedida” e “outra situação” optou-se por fazer a análise comparativa com os restantes 4 regimes.

Resultados e Discussão

Na tarefa de associação livre de palavras aos indutores “casa” e “casa de sonho” foram evocadas 9286 palavras, das quais 736 são diferentes, com frequência de evocação entre 1 (348 palavras únicas) e 810 (conforto). A análise de conteúdo temática indutiva permitiu identificar 9 categorias de palavras, tendo sido consideradas não classificáveis 118 palavras (1.3%). As dez palavras mais frequentes em cada categoria temática são apresentadas na Tabela 1, bem como o peso relativo de cada categoria nas representações de “casa” e “casa de sonho”. [Tabela 1]

RAQUEL RIBEIRO

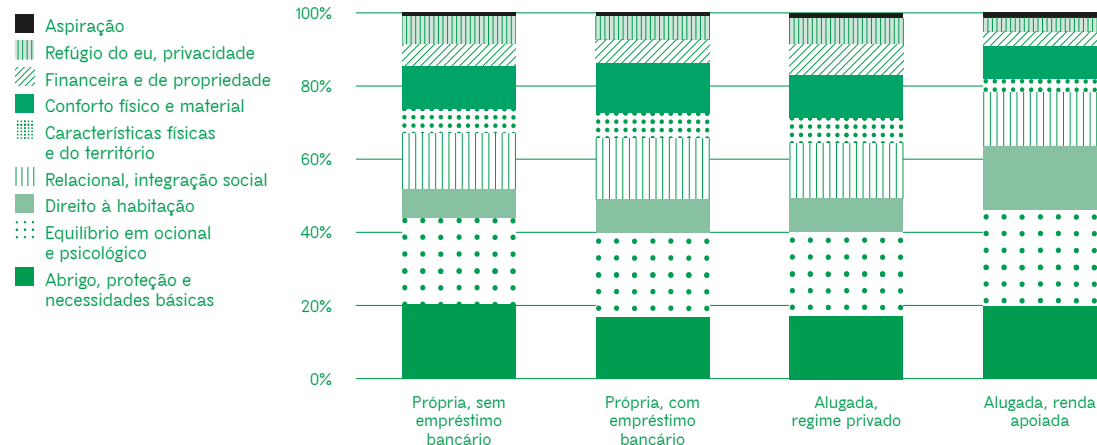


Figura 3
Casa - categorias temáticas por regime de ocupação (2020, Universidade de Coimbra©, Raquel Ribeiro).

Os resultados revelam que nas representações de “casa” é determinante a categoria *equilíbrio emocional e psicológico*, representando cerca de um quarto das palavras evocadas (23%). São também importantes as dimensões de *abrigo, proteção e necessidades básicas* (17%) e *relacional, integração social* (16%). No conjunto, as três categorias representam mais de metade (56%) das palavras associadas ao indutor “casa” e reforçam a indissociabilidade entre habitação, dignidade, segurança e vida (Farha, 2016). As *características físicas* de uma habitação (vivenda, espaço, etc.) e do *território* onde está inserida (mar, campo, localização, etc.) têm um peso reduzido nas representações sociais de “casa” (7%), mas constituem, pelo contrário, a categoria mais expressiva nas representações de “casa de sonho” (48%). O *conforto físico e material* constituem 13% e 17% das palavras associadas a “casa” e a “casa de sonho”, respetivamente, e denotam a importância das condições materiais de habitabilidade.

A análise comparativa com o teste do qui-quadrado mostra que a importância das categorias temáticas não é independente do regime de ocupação, tanto no que refere às representações de “casa”, $\chi^2(24) = 49.27, p < .01$ [Figura 3], mas sobretudo relativamente à “casa de sonho”, $\chi^2(24) = 195.78, p < .001$ [Figura 4]. Os resultados revelam consenso relativamente à importância da casa na satisfação de necessidades socio-emocionais, de segurança, proteção e abrigo e relacionais. Destaca-se, contudo, a maior importância da dimensão *direito à habitação* para os residentes em habitação arrendada apoiada socialmente. Para estes participantes uma “casa” é também ter “direito” a uma “habitação” com “condições”, “essencial/indispensável” à “dignidade” (ver também Ribeiro, 2019b). No que refere às representações de “casa de sonho”, da análise comparativa destaca-se sobretudo a maior importância atribuída às *características físicas e do território* pelos proprietários com empréstimo bancário. Para estes proprietários, na sua maioria de nível socioeconómico elevado (76.9% com escolaridade superior e

ESPAÇO FÍSICO E TERRITÓRIO NAS REPRESENTAÇÕES DE “CASA”

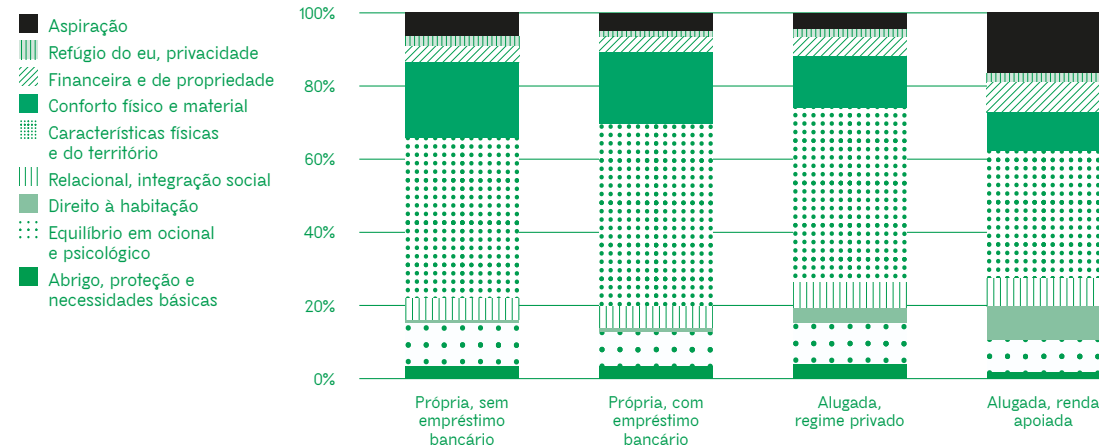


Figura 4
Casa de sonho - categorias temáticas por regime de ocupação (2020, Universidade de Coimbra©, Raquel Ribeiro).

63.2% pertencentes aos dois quintis mais elevados de rendimento), uma casa de sonho é uma casa com “espaço”, uma “moradia” com “jardim”, “piscina” e muita “luz”, com uma “paisagem/vista”, “localização” privilegiada junto ao “mar” e “praia” ou no “campo” e rodeada de “espaço verde”. É também para os proprietários que ter uma “casa de sonho” é ter *conforto físico e material*, ter uma casa “prática/funcional”, mas ao mesmo tempo de “luxo”, com todas as “comodidades”, “qualidade” e “decoração”. Pelo contrário, para uma parte importante dos residentes em habitação social, uma “casa de sonho”, é ter *direito à habitação*, é ter uma casa com “condições”, uma *aspiração* muitas vezes percebida como “impossível”, um “desejo” apenas concretizável *material e financeiramente* saindo o “euromilhões”. [Figura 4]

Notas Conclusivas

Neste estudo identificaram-se diferentes categorias temáticas nas representações sociais de “casa” e “casa de sonho” e procurou-se analisar as inter-relações entre território, modos de provisão da habitação e condições e aspirações habitacionais.

As categorias temáticas identificadas nas representações sociais de “casa” salientam a função da habitação na satisfação de necessidades humanas básicas de abrigo e proteção, de equilíbrio emocional e psicológico e de integração social. Estes resultados reforçam o papel indissociável e não alienável da habitação na dignidade da vida humana (Farha, 2016). As categorias temáticas associadas a “casa de sonho” salientam a importância das dimensões referentes às características do espaço físico da casa e do território onde esta se encontra inserida e do conforto físico e material nas aspirações habitacionais. A valorização do espaço físico da casa e do território nas aspirações habitacionais é mais presente entre os respondentes que residem

em habitação adquirida com recurso ao crédito bancário, i.e., na habitação financeirizada, o que sugere que a financeirização da habitação não só (re)produz desigualdades socio-territoriais em função das características do território (Santos, 2019b), como as características do território adquirem dimensão de aspiração habitacional sobretudo entre aqueles que possuem recursos para recorrer a formas financeirizadas de prover às suas necessidades de habitação. Este dado vai de encontro aos resultados de diversos estudos sobre a financeirização da vida quotidiana (cf. Van der Zwan, 2014) que salientam que ao participarem nos mercados financeiros (através do crédito à habitação, dos fundos de pensões, etc.), os indivíduos são também envolvidos em narrativas e discursos específicos que enfatizam, nomeadamente, a avaliação calculista da gestão financeira (Martin, 2002; Santos, 2017; Van der Zwan, 2014).

O próprio guia prático da habitação desenvolvido pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU, 2010) com o propósito de “moralizar e educar o mercado habitacional no sentido de não comprar “gato por lebre” e aconselhar na melhor escolha” (p. 5) refere que antes de comprar casa nova é importante saber que “o valor da casa está tão dependente do sítio como da casa em si. Quando decidir comprar casa não se fixe apenas nos atributos da habitação propriamente dita, mas também no conjunto de atributos que o sítio deve compreender (p. 11). Mais à frente desenvolve: “o valor do sítio é o valor do enquadramento e da qualidade de vida que se usufrui. Para isso contribui o valor da paisagem e da qualidade do espaço exterior. Este não pode ser valorizado objectivamente. Há que estar atento à qualidade de vida de que se pode usufruir e às estruturas e componentes básicas que o espaço exterior (localizado) pode oferecer.” (p. 15)

Se é verdade que a provisão da habitação tem estado, historicamente, associada à (re)produção de desigualdades sociais, económicas e territoriais (Harvey, 1973), à medida que os indivíduos são chamados a assumir riscos e a assegurar o seu bem-estar e da sua família através de investimentos financeiros pela substituição da provisão pública coletiva por formas financeirizadas (Santos, 2019a, 2019b), a desigualdade e a segregação socio-territorial no acesso à habitação tornam-se um desafio societal urgente (Alexander, Bruun, & Koch, 2018).

As características do espaço físico e do território – nomeadamente a satisfação com a vizinhança e segurança da zona, acessibilidades e proximidade de serviços e equipamentos – são variáveis importantes na satisfação com a habitação e esta é determinante para o bem-estar do ser humano, para a sua identidade pessoal e social. Na medida em que os processos de financeirização da habitação conduzem à segregação socio-territorial, eles não só comprometem o acesso das classes menos favorecidas à habitação como tornam cada vez mais inatingíveis

as aspirações de mobilidade social ascendente por via da melhoria das condições habitacionais.

A habitação tornou-se uma arena de disputa entre David e Golias (Roseta, 2018), onde grupos sociais vulneráveis disputam com uma elite transnacional capitalista o direito a habitar na cidade; uma arena onde é possível constatar “a presença poderosa de outras lógicas, que não a das pessoas e a dos territórios” [...] que conduzem a “desaproveitamentos”, e a situações de injustiça, não só social, como territorial (Reis, 2019, p. 84).

Urge assim salientar a dimensão da solidariedade e da responsabilidade social partilhada, que cabe não só aos indivíduos e suas famílias, mas ao Estado e às instituições públicas, às organizações da sociedade civil, bem como aos agentes económicos e financeiros (Ribeiro, 2019c). Salientar que a concretização das aspirações das classes dominantes a uma “casa de sonho”, de luxo e com vista privilegiada, não pode ser atingida por meio da expulsão e da segregação social (e.g. Gago & Cocola-Gant, 2019; Silva, 2019), nem do comprometimento do acesso das classes mais vulneráveis a uma habitação condigna, essencial à dignidade da vida humana.

Referências

Aalbers, M. B. (2016). *The financialization of housing: A political economy approach*. London: Routledge.

Aalbers, M. B., & Christophers, B. (2014). Centring housing in political economy. *Housing, Theory and Society*, 31(4), 373–394.

Adams, J. S. (1984). The meaning of housing in America. *Annals of the Association of American Geographers*, 74(4), 515–526.

Aitken, R. (2007). *Performing capital*. New York: Palgrave.

Alexander, C., Bruun, M. H., & Koch, I. (2018). Political economy comes home: On the moral economies of housing. *Critique of Anthropology*, 38(2), 121–139. doi:10.1177/0308275X18758871

Augusto, N.M. (2000). Habitação social – da intenção de inserção à ampliação da exclusão. *Atas do IV Congresso Português de Sociologia*.

Barata-Salgueiro, T. (2017). Alojamentos Turísticos em Lisboa. *Scripta Nova*, 21 (578), 1–43. doi: https://doi.org/10.1344/sn2017.21.18587

Bardin, L. (1995). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Bauman, Z. (2008). Happiness in a society of individuals. *Soundings*, 38, 19–28.

Bernardo, F., & Palma-Oliveira, J.M. (2012). Place identity: A central concept in understanding intergroup relationships in the urban context. In H. Casakin & F. Bernardo (Eds.), *The role of place identity in the perception, understanding, and design of built environments*. (pp. 35–46). Bentham: Bentham Science Publishers.

Castela, T. (2017). Tradição da propriedade? Deslegitimação e geografias quotidianas do arrendamento em Portugal, 1974–1982. In T.S. Marques, J.A.R. Fernandes, J. Teixeira, P. Abrantes, F. Matos, & L. Soares (org.), *XI Congresso da Geografia Portuguesa – As dimensões e a responsabilidade social da Geografia: Livro de Atas* (pp. 113–116). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Associação Portuguesa de Geógrafos.

Després, C. (1991). The meaning of home: Literature review and directions for future research and theoretical development. *Journal of Architecture and Planning Research*, 8(2), 96–115.

Dinheiro Vivo (2017). *Luxo. As 15 mansões mais caras à venda nos EUA*. Consultado a 02.10.2018, em https://www.dinheirovivo.pt/lifestyle/galeria/luxo-as-15-mansoes-mais-caras-a-venda-nos-eua/.

Doise, W. (1990). Les représentations sociales. In R. Ghigione, C. Bonnet, & J.F. Richard (Eds.), *Traité de psychologie cognitive* (pp. 111–1743). Paris: Dunod.

Epstein, G. A. (2005). *Financialization and the world economy*. Aldershot: Edward Elgar.

Farha, L. (2016). Adequate housing as a component of the right to an adequate standard of living. Retirado de http://www.unhousingrapp.org/user/pages/04.resources/Thematic-Report-4-The-Right-to-Life-and-the-Right-to-Housing.pdf

Fernandez, R., Hofman, A., & Aalbers, M. B. (2016). London and New York as a safe deposit box for the transnational wealth elite. *Environment and Planning A*, 48(12), 2443–2461.

Ferreira, J.P., Baetas da Silva, N., & Fontes da Costa, J. (2019). O preço da habitação: As determinantes do valor na área metropolitana de Lisboa, In A.C. Santos (coord.), *A nova questão da habitação em Portugal: Uma abordagem de economia política* (pp. 171–195). Coimbra: Actual Editora.

French, S., Leyshon, A., & Wainwright, T. (2011). Financializing space, spacing financialisation. *Progress in Human Geography*, 4, 1–22.

Gago, A., & Cocola-Gant, A. (2019). O alojamento local e a gentrificação turística em Alfama, Lisboa”, In A.C. Santos (coord.), *A nova questão da habitação em Portugal: Uma abordagem de economia política* (pp. 143–170). Coimbra: Actual Editora.

Harvey, D. (1975). *Social justice and the city*. Oxford: Blackwell.

Housing Europe (2019). The state of housing in the EU 2019. Consultado a 02.01.2020, em http://www.housingeurope.eu/resource-1323/the-state-of-housing-in-the-eu-2019

Idealista (2018). As casas mais caras de Portugal. Consultado a 02.10.2018, em https://www.idealista.pt/news/immobiliario/top-idealista/2015/04/17/26981-as-casas-mais-espetaculares-de-portugal-fotos.

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU, 2010). *Guia Prático da Habitação (edição revista e aumentada)*. Lisboa: IHRU.

Mallett, S. (2004). Understanding home: A critical review of the literature. *The Sociological Review*, 52, 62–89.

Martin, R. (2002). *Financialization of daily life*. Philadelphia: Temple University Press.

Mendes, L., Carmo, A., & Malheiros, J. (2019). Gentrificação transnacional, novas procuras globais e financeirização do mercado de habitação em Lisboa.

In Ana Cordeiro Santos (org.), *A nova questão da habitação em Portugal: uma abordagem de economia política*. (pp. 111–142). Lisboa: Actual.

Moscovici, S. (1981). On social representations. In J. P. Forgas (ed.), *Social cognition: Perspectives on everyday understanding* (pp. 181–209). London: Academic Press.

Nico, M. (2014). Padrões de mudança de casa e eventos de vida: Uma análise das carreiras habitacionais. *Sociologia*, Vol. XXVIII, 103 – 127

Pereira, S.M. (2004). Pressupostos ideológicos da casa actual O espaço como veículo do ideário moderno. *Cidades-Comunidades e Territórios*, 8, 77–93.

Pereira, S.M. (2012). *Casa e mudança social: Uma leitura das transformações da sociedade portuguesa a partir da casa*. Lisboa: Caleidoscópio.

Proshansky, H. M., Fabian, A. K., & Kaminoff, R. (1983). Place identity: Physical world socialization of the self. *Journal of Environmental Psychology*, 3, 57–83.

Reis, J. (2019). O território ainda existe? Sistemas de provisão de habitação e o desperdício do país. In A.C. Santos (Coord.), *A nova questão da habitação em Portugal: Uma abordagem de Economia Política* (pp. 54–86). Lisboa: Actual Editora.

Ribeiro, R. (2019a). A “casa” — Entre o sonho e a realidade. In A.C. Santos (Coord.), *A nova questão da habitação em Portugal: Uma abordagem de Economia Política* (pp. 197–232). Actual Editora.

Ribeiro, R. (2019b). Consensos e dissensos nas dimensões representacionais de “Casa” e “Casa de Sonho”. In A. P. Costa, I. Pinho, B. M. Faria, & L. P. Reis (org.), *Atas do 8º Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa* (pp. 147–156). Oliveira de Azeméis: Ludomedia.

Ribeiro, R. (2019c). Financeirização da habitação em Portugal: Impactos psicossociais, desigualdades socio-territoriais e justiça social. *CES CONTEXTO*, 25, 111–122.

Ribeiro, R. (2020). Uma casa de sonho para viver ou investir? Financeirização da habitação em Portugal e desigualdades económicas e territoriais. Congresso Internacional “Transformar o Capitalismo com Utopias Reais: Em torno do legado de Erik Olin Wright”.

Ribeiro, R. & Poeschl, G. (2007). As representações sociais da realização pessoal. In M. B. Monteiro, M. M. Calheiros, R. Jerónimo, C. Mouro, & P. Duarte (org.), *Percursos da investigação em Psicologia Social e Organizacional* (pp. 35–55). Lisboa: Edições Colibri.

Ribeiro, R., & Santos, A. C. (2018). Financeirização das famílias e a desigualdade socioeconómica e territorial em Portugal. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 47, 73–93.

Ribeiro, R. & Santos, A.C. (2019a). A habitação em Portugal: Inquérito à população. *FINHABIT Working Papers*, 3, 1–84. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.

Ribeiro, R. & Santos, A. C. (2019b). Financeirização da habitação e desigualdades socioterritoriais: Um estudo comparado das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto. *Análise Social*, 233, LIV, 4º, 726–758.

Rodrigues, J., Santos, A.C., & Teles, N. (2016). *A financeirização do capitalismo em Portugal*. Lisboa: Actual.

Rolnik, R. (2013). Late neoliberalism: The financialization of homeownership and housing rights. *International Journal of Urban and Regional Research*, 37(3), 1058–1066.

Ronald, R. (2008). *The ideology of home ownership: Homeowner societies and the role of housing*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.

Rosenberg, S., & Jones, R. (1972). A method for investigating and representing a person’s implicit personality theory: Theodore Dreiser’s view of people. *Journal of Personality and Social Psychology*, 22, 372–386.

Roseta, H. (2018). David e Golias. *Jornal Público*, 1 de novembro. Consultado a 20–05–2019, em https://www.helenaroseta.pt/quemsoueu/opinioao/000404.000057/index.htm?t=david-e-golias

Santos, A.C. (2017). Cultivating the self-reliant and responsible individual: The material culture of financial literacy. *New Political Economy*, 22 (4), 410–422. Doi: 10.1080/15563467.2017.1259302

Santos, A.C. (2019a). Habitação em tempos financeiros em Portugal. In Ana C. Santos (coord.), *A nova questão da habitação em Portugal: Uma abordagem de economia política*. (pp. 15–52). Coimbra: Actual Editora.

Santos, A.C. (2019b). A nova questão da habitação e a nova geração de políticas em Portugal. In A. C. Santos (coord.), *A nova questão da habitação em Portugal: Uma abordagem de economia política*. (pp. 293–323). Coimbra: Actual Editora.

Santos, A. C., Lopes, C., & Costa, V. (2016). FESSUD finance and well-being survey 2014: Report. *FESSUD Working Paper Series*, 130.

Referências

Santos, A. C., & Robertson, M. (2016). Definancialising well-being: The case of housing. *FESSUD Working Paper Series*, 178.

Santos, A. C., Rodrigues, J., & Teles, N. (2017). Semi-peripheral financialisation and social reproduction: The case of Portugal. *New Political Economy*, 23(4), 475-494.

Silva, R. (2019). Crise e desigualdade habitacional: Como (não) se vive em Lisboa. In A. C. Santos (coord.), *A nova questão da habitação em Portugal: Uma abordagem de economia política* (pp. 233-257). Coimbra: Actual Editora.

Van der Zwan, N. (2014). Making sense of financialisation. *Socio-Economic Review*, 12(1), 99-129. doi:10.1093/ser/mwt020